

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.849 - ES (2020/0036927-9)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
ESTADUAL REGISTROS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE
DE VILA VELHA - ES

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VAEA CÍVEL DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES - RJ

INTERES. : LUCIANA DE AZEVEDO SERVO MARTINS

ADVOGADOS : JOÃO FRANCISCO NASCIMENTO COLNAGO - RJ108855
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

INTERES. : DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO - DETRAN/ES

INTERES. : CAMACHO CAMAC COM VEÍCULO LTDA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública Estadual de Registros Públicos e Meio Ambiente de Vila Velha – ES e o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes - RJ, nos autos da ação de conhecimento ajuizada por Luciana de Azevedo Servo Martins contra Camacho Camac. Com. Veículo Ltda. e do Departamento de Trânsito do Estado do Espírito Santo – DETRAN/ES, com o objetivo de realizar a transferência da propriedade do veículo informado nos autos, bem como dos encargos respectivos e multas posteriores à realização do negócio jurídico apresentado.

Distribuído o feito ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes - RJ, esse declinou da competência, de ofício, em favor da Comarca de Vila Velha, sob o fundamento de que o Estado só pode ser demandado na respectiva Capital (fls. 19-20).

O Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública Estadual de Registros Públicos e Meio Ambiente de Vila Velha – ES, por sua vez, suscitou o presente conflito, alegando que o Estado não possui prerrogativa de foro, podendo ser demandado em comarca diversa da sua Capital (fls. 3-9).

É o relatório. Decido.

A matéria *sub examen* já obteve o deslinde necessário perante a egrégia Primeira Seção desta Corte, estando pacificada a jurisprudência no sentido de que, tratando-se de competência territorial e, portanto, relativa, não pode o juiz dela declinar de ofício, *ex vi* do teor da Súmula n. 33 deste eg. Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes jurisprudenciais, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Juízo da Comarca de Lajeado/RS, de ofício, declinou da competência para julgar ação de cobrança ajuizada por servidor público contra o Estado do Rio Grande do Sul, em favor do Juízo da Comarca de Tramandaí/RS.

2. "Por se tratar de competência relativa, a competência territorial não pode ser declarada ex officio pelo Juízo. Esse entendimento se consolidou com a Súmula 33 do Superior tribunal de Justiça, *in verbis*: "A incompetência relativa não pode ser declarada de oficio" (CC 101.222/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe 23/3/09).

3. Manutenção da decisão agravada, que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial do autor/agravado, a fim de anular a decisão proferida pelo Juízo de Lajeado/RS.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1415896/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. CESPE/UNB. ÓRGÃO INTEGRANTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-FUB. EQUIPARAÇÃO COM AUTARQUIA FEDERAL. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. MODIFICAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS.

1. Conflito negativo suscitado para definir a competência para julgamento de ação ordinária, com pedido de antecipação da tutela, proposta contra o Estado do Rio Grande do Norte e o Centro de Seleção e Promoção de Eventos Universidade de Brasília-Cespe/Unb, na qual questiona-se a ausência de divulgação, no edital de abertura do concurso público para provimento de vagas no cargo de Delegado de Polícia Civil Substituto do Estado do Rio Grande do Norte, dos critérios que foram utilizados na avaliação da prova discursiva, com a especificação da respectiva pontuação, e pugna-se pela anulação do item 2.3 da referida prova.

2. O julgamento do conflito de competência é realizado secundum eventum litis, ou seja, com base nas partes que efetivamente integram a relação, e não naqueles que deveriam integrar.

3. A eg. Primeira Seção, no julgamento do Conflito de Competência nº 35.972/SP, Relator para acórdão o Ministro Teori Zavascki, decidiu que o critério definidor da competência da Justiça Federal é *ratione personae*, levando-se em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual, sendo irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionadas no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido formulado na demanda.

4. O Cespe/Unb é um órgão integrante da Fundação Universidade de Brasília-FUB, fundação pública federal, criada pela Lei nº 3.998, de 15.12.61, participante da administração federal indireta, nos termos da Lei nº 7.596, de

10.04.87, que alterou dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25.02.67.

5. É assente nesta Corte que a fundação pública federal, que atende à previsão do art. 5º, IV, do Decreto-lei nº 200/67, equipara-se às autarquias federais para efeito da competência da Justiça Federal (CF, art. 109, I).

6. A competência territorial, via de regra, é relativa, não podendo ser modificada de ofício pelo magistrado. Em tal caso, prevalece o foro eleito pelas partes, em detrimento da delimitação contida nas leis processuais. Dessa feita, não poderia o juízo suscitado ter reconhecido ex officio a incompetência para processar e julgar a demanda. Incidência da Súmula 33/STJ: "A competência relativa não pode ser declarada de ofício".

7. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o suscitado.

(CC 113.079/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe 11/05/2011)

Ademais, conforme previsão do art. 52, parágrafo único, do CPC/2015, nas causas intentadas contra o Estado ou o Distrito Federal, o autor poderá ajuizar a ação no foro do seu domicílio, no de ocorrência do ato ou fato que deu origem à demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes - RJ, para processar e julgar a demanda originária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator